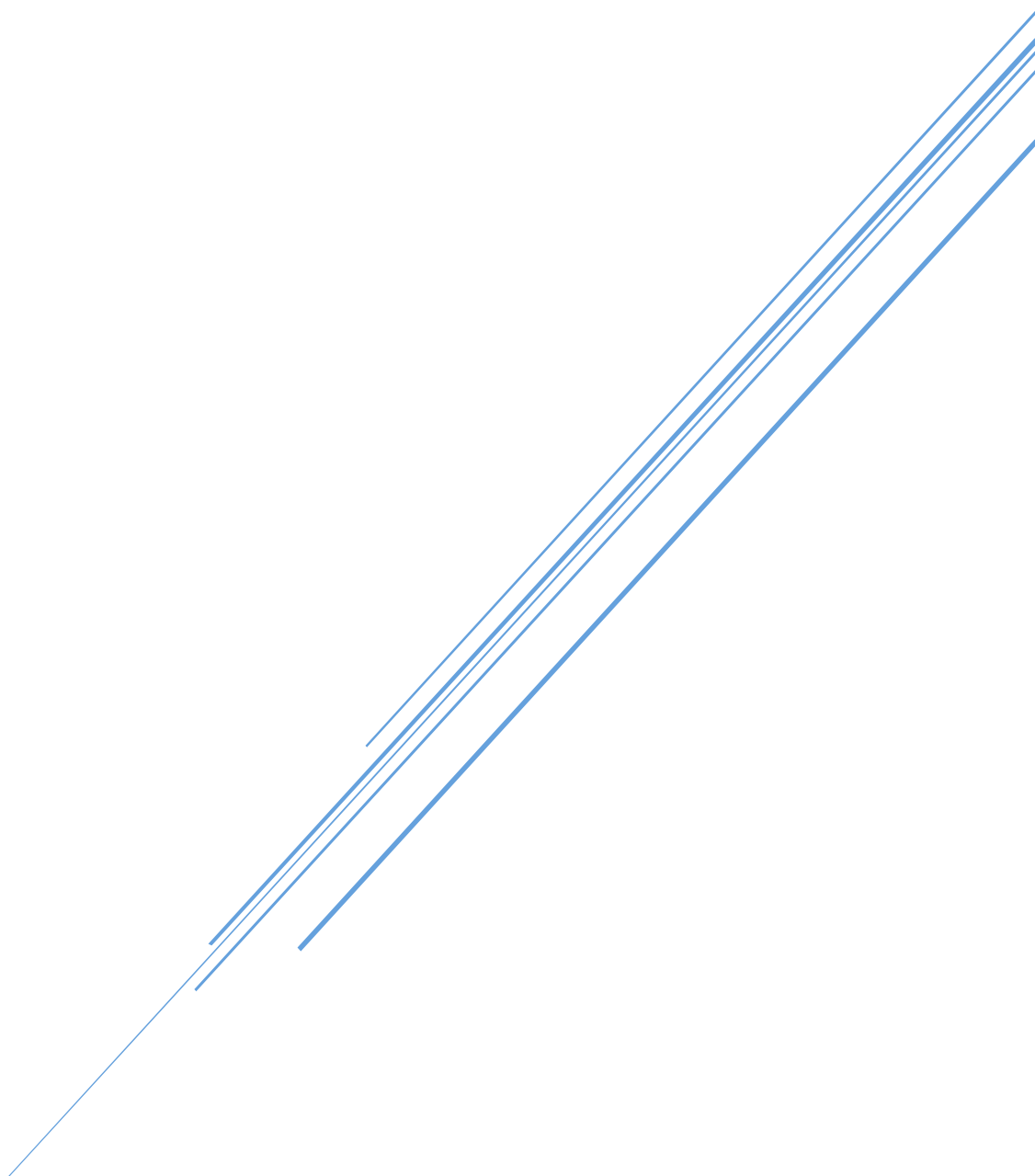


CONCURSO PROCURADORIA

Prefeitura de Vila Velha



FUNCEFET

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa correta em relação à situação hipotética a seguir descrita.

Determinado Agente Municipal de Trânsito, conduzindo veículo de propriedade da Prefeitura, abalroou acidentalmente veículo particular enquanto tentava alcançar terceiro veículo cujo condutor fora flagrado falando ao celular. A situação descrita

a) não caracteriza responsabilidade objetiva da Administração Pública Municipal, segundo a Teoria do Risco Administrativo, pois a licitude do ato praticado pelo Agente Municipal afasta a responsabilidade da Administração pelos danos causados.

b) poderá gerar direito à Administração Pública Municipal de ajuizar ação de regresso contra o Agente Municipal de Trânsito, desde que seja condenada ao ressarcimento do proprietário do veículo particular por decisão judicial transitada em julgado e antes de consumada a prescrição.

c) caracteriza responsabilidade objetiva da Administração Pública Municipal, insuscetível de afastamento por qualquer causa excludente.

d) pode dar ensejo a que o Agente Municipal de Trânsito seja acionado judicialmente pela vítima do acidente, hipótese na qual deverá ser provado ter o referido Agente agido com dolo ou culpa, conforme julgado do Superior Tribunal de Justiça.

e) não há, na hipótese, responsabilidade objetiva do Estado, pois o verdadeiro responsável pelo acidente foi o condutor do terceiro veículo que estava falando ao celular, circunstância que justificou a ação do Agente Municipal de Trânsito.

Gabarito: D

Decisão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.325.862, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, Informativo-STJ 532. A licitude do ato é irrelevante para a caracterização da responsabilidade objetiva. Ressarcimento ao erário é imprescritível. A responsabilidade objetiva é suscetível a excludentes. O acidente decorreu de ato praticado por agente público, tratando-se, portanto, de responsabilidade objetiva.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa correta em relação à situação hipotética a seguir descrita.

Em uma Escola Municipal uma criança foi vítima de lesões corporais graves provocadas por outras crianças. A circunstância de não ter havido participação de Agentes Públicos Municipais nas agressões:

a) é relevante, pois, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Poder Público não está obrigado a assumir o compromisso de velar pela integridade física de todos os estudantes e a todo momento.

b) é relevante, posto que o art. 37, § 6º, exige ato de agente público para caracterizar a responsabilidade objetiva do Estado.

c) é irrelevante, sendo esta uma das hipóteses reconhecidas pela doutrina como de responsabilidade objetiva da Administração Pública pelo risco integral.

d) não tem relevância para a caracterização da responsabilidade objetiva, salvo se ficar provado que as agressões ocorreram por ato omissivo de algum Agente Público Municipal.

e) é relevante, pois do contrário estar-se-ia diante de hipótese de responsabilidade objetiva pelo risco integral, que não é aceita no Brasil.

Gabarito: C

A participação de agentes públicos, de modo ativo ou passivo, é irrelevante, ver a decisão do STF no RE 109.615, Relato o Ministro Celso de Mello, Primeira

Turma. Por isso é considerado por parte da doutrina como hipótese de responsabilidade objetiva da Administração Pública pelo risco integral, somente afastável quando ausente o nexo de causalidade (o dano não decorrer do descumprimento da obrigação de guarda e proteção do estudantes).

QUESTÃO 3

A Administração Pública Municipal iniciou e deu prosseguimento à abertura de uma avenida. Não foi observado o devido procedimento de desapropriação, ou seja, não foi editado o decreto de desapropriação ou o pagamento prévio das indenizações. Seis anos após o início da ocupação, alguns proprietários dos imóveis desapropriados ingressaram em juízo pedindo a reintegração dos imóveis. Diante desse quadro, caberá ao Procurador Municipal:

- a) suscitar a prescrição, pois o Decreto-lei 3.365/1941 prevê expressamente o prazo de cinco anos para o exercício do direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público e as ações propostas não teriam observado esse prazo limite;
- b) reconhecer a irregularidade procedimental e a caracterização de desapropriação indireta dos imóveis, mas alegar que, uma vez incorporado ao domínio público, não podem ser objetos de reivindicação, restando apenas a discussão quanto a eventuais perdas e danos sofridos pelos proprietários;
- c) encaminhar o caso ao Procurador-Geral do Município e ao Ministério Público do Estado, para fim de apurar eventual prática de improbidade administrativa;
- d) suscitar a perda da propriedade por descumprimento da sua função social, pois os imóveis encontravam-se abandonados no momento em que a Administração Pública decidiu dar-lhes uma utilidade pública;
- e) suscitar a falta de interesse de agir, pois, sendo a desapropriação uma forma de aquisição originária da propriedade, os ex-proprietários não teriam mais propriedade alguma para defender em juízo.

Gabarito: B

Art. 35 do Decreto-lei 3.365/1941. A despeito do art. 10, parágrafo único, do Decreto-lei 3.365/1941, o STJ entende que, para a desapropriação indireta, aplica-se o prazo da prescrição aquisitiva – usucapião (STJ. 2ª Turma. REsp 1.300.442, Rel. Min. Herman Benjamin, Informativo-STJ 523).

QUESTÃO 4

O Prefeito do Município de Vila Velha declarou ser desnecessária a manutenção de diversos cargos públicos. Alguns desses cargos públicos estavam ocupados por servidores públicos concursados e estáveis. Esses servidores...

- a) serão exonerados de ofício pela mesma autoridade que os nomeou, em observância ao princípio da paridade das formas;
- b) serão aposentados compulsoriamente com direito a proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- c) serão postos em disponibilidade remunerada de forma proporcional ao tempo de serviço;
- d) serão considerados servidores excedentes, permanecendo em exercício ativo e percebendo a remuneração devida;
- e) serão postos em disponibilidade remunerada integral.

Gabarito: C

Art. 41, § 3º, da Constituição Federal.

QUESTÃO 5

No exercício do Poder de Polícia, a Administração Pública pratica determinados atos para regular ou limitar o exercício de direitos pelos administrados. Sobre os atos praticados em função do Poder de Polícia, marque a alternativa **incorreta**:

- a) a licença é ato vinculado e não pode ser negada a quem comprova atender os requisitos legais para sua obtenção.
- b) a homologação é ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública, em atividade de controle, reconhece a legalidade de um ato jurídico já praticado.
- c) o alvará pode veicular uma autorização ou uma licença.
- d) a permissão é ato administrativo unilateral e vinculado através do qual a Administração Pública faculta ao particular, no interesse predominante da coletividade, a utilização de bem público ou a prestação de serviço público.
- e) a aprovação é ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração Pública exerce controle *a priori* ou *a posteriori*.

Gabarito: D

A permissão é ato discricionário.

QUESTÃO 6

Fiscais da Prefeitura autuaram um bar que, devido ao seu espaço reduzido, utilizava-se da calçada para montar suas mesas, chegando a construir uma cobertura sobre a área pública. Estabelecido prazo para que a ilegalidade fosse sanada, o proprietário do estabelecimento quedou-se inerte. Os Fiscais decidiram, então, demolir a construção irregular. O ato praticado pelos Fiscais:

- a) está fundado no poder hierárquico que o interesse público tem sobre o privado;
- b) evitou que o proprietário do bar adquirisse a área pública pela prescrição aquisitiva;
- c) foi ilegal, pois a demolição só poderia ter sido feita após sentença judicial transitada em julgado proferida em ação demolitória;
- d) foi praticado dentro da legalidade, pois a Administração Pública vale-se do Poder de Polícia para impor limites ao exercício de direitos e liberdades individuais e, desse modo, evitar danos à coletividade, sem a necessidade de recorrer previamente ao Poder Judiciário;
- e) foi irregular, pois deveria ter sido precedido de consulta à Procuradoria-Geral do Município.

Gabarito: D

O ato praticado pelos Fiscais da Prefeitura foi praticado no exercício do Poder de Polícia e, na hipótese da questão, praticável sem a necessidade de prévia decisão judicial ou de parecer jurídico. Ver decisão do Superior Tribunal de Justiça no RMS 22.067, Rel. Min. José Delgado, e doutrina.

QUESTÃO 7

As agências reguladoras são chamadas de autarquias em regime especial dada a maior autonomia, comparadas às outras autarquias, que a lei lhes confere perante o ente que as criou. Decorre dessa circunstância:

- a) o fato de serem detentoras de capacidade política para criarem o direito no âmbito do setor que regula.
- b) o fato de o quadro de pessoal das agências reguladoras ser vinculado ao regime celetista.

- c) o ônus que é imposto às agências reguladoras de regular, fiscalizar e executar diretamente os serviços públicos relativos às suas respectivas áreas de atuação.
- d) a característica de as nomeações dos dirigentes das agências reguladoras serem, em regra, condicionadas à prévia aprovação do Poder Legislativo, sem que isso importe em violação à separação e à independência dos poderes, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- e) a garantia de os dirigentes das agências reguladoras não poderem ser afastados antes do término dos respectivos mandatos, senão por decisão judicial transitada em julgado.

Gabarito: D

Ver ADI 1.949-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. Agências reguladoras não criam o direito e não executam serviços públicos de forma direta. O quadro de pessoal das agências deve ser obrigatoriamente o estatutário, posto exercer poder de polícia. A forma para o afastamento dos dirigentes é estabelecido pela lei que cria as agências reguladoras.

QUESTÃO 8

O fenômeno da deslegalização no Brasil fez surgir uma preocupação quanto aos limites das delegações normativas feitas, em sua maioria, às agências reguladoras. Isso provocou um debate, no Brasil, acerca do chamado princípio claro - *intelligible principle*. Sobre esse princípio, marque a alternativa **incorreta**.

- a) decorre do direito norte-americano, mais precisamente da teoria denominada *Nondelegation Doctrine*.
- b) não tem nenhuma aplicação no Brasil, dada a existência de mecanismos no ordenamento jurídico brasileiro que confere função legislativa direta ao Poder Executivo, sendo exemplos a medida provisória e os chamados decretos autônomos, estes últimos previstos no art. 84, inc. VI, da Constituição Federal.
- c) deve ser observado tanto na deslegalização (atribuição de poder normativo às agências reguladoras) quanto nas delegações remissivas (atribuição de poder normativo por lei ao Presidente da República) e nas delegações receptícias (resolução do Congresso Nacional que autoriza a edição de lei delegada).
- d) permite o controle, pelo Poder Judiciário, da transferência da função normativa primária para o Poder Executivo, a partir do exame da inteligibilidade do conteúdo e dos limites do ato autorizador.
- e) serve para assegurar que as decisões políticas fundamentais não sejam tomadas por agentes políticos nomeados, mas sim por um corpo político dotado de representatividade.

Gabarito: B

A doutrina da *Nondelegation Doctrine* tem aplicação no Brasil, já que a delegação da função legislativa é considerada um exceção ao princípio da separação de poderes, devendo estar sujeito a revisão pelo Poder Judiciário. Embora não citado de forma expressa, o STF já se manifestou, ao menos em duas oportunidades, sobre normas que delegavam funções legislativas ao Poder Executivo (ADI 1.668-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, e ADI 4.568, Rel. Min. Cármen Lúcia).

QUESTÃO 9

Sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado:

- a) a Administração Pública, em regra, não responde por danos resultantes de sua atividade legislativa;

- b) a teoria do risco administrativo também se aplica às relações contratuais mantidas pela Administração Pública;
- c) os crimes cometidos por presos fugidos não têm o condão de gerar obrigação do Estado de indenizar pelos danos causados;
- d) os danos causados pelo preso no gozo do benefício de indulto geram obrigação do Estado em indenizar as vítimas;
- e) a partir da publicação do Código Civil de 2002, o prazo prescricional para se acionar a Fazenda Pública e pleitear ressarcimento fundado em responsabilidade civil extracontratual do Estado é de 3 anos.

Gabarito: A

Em regra, não há responsabilidade civil extracontratual do Estado em decorrência de atividade legislativa, cogitando-se na doutrina apenas algumas situações em que essa responsabilidade poderá ser reconhecida, como no caso de leis flagrantemente inconstitucionais ou de leis direcionadas. A teoria do risco administrativo somente se aplica às relações extracontratuais da Administração Pública; nas relações contratuais prevalecem as regras da responsabilidade contratual. O STF reconhece como existente a obrigação de indenizar quando o crime foi cometido em data próxima à da fuga (RE 607.771-AgR), mas não reconhece essa obrigação quando data da fuga é muito distante da data em que o crime foi praticado (RE 130.764). O indulto decorre de ato do judiciário e, em regra, atos do judiciário não geram obrigação do Estado em indenizar. O STJ pacificou o entendimento de que o prazo prescricional para se acionar a Fazenda Pública em busca de indenização permanece de 5 anos, mesmo depois do CC/2002.

QUESTÃO 10

Sobre a prestação de serviços públicos:

- a) serviços públicos remunerados por taxa podem ser interrompidos, mesmo sendo obrigatórios;
- b) considerado um dos princípios da Administração Pública moderna, a modicidade exige que o Poder Público evite gastos desnecessários e injustificáveis durante a prestação do serviço público;
- c) nas relações com o Terceiro Setor, a Administração Pública poderá adotar regimes de consórcios públicos, contratos de gestão e gestão por colaboração;
- d) a mutabilidade, ou *jus variandi*, é uma característica dos contratos de concessão de serviço público que autoriza a Administração Pública a adaptar as estipulações contratuais a novas necessidades e conveniências públicas, alcançando as chamadas cláusulas regulamentares.
- e) serviços públicos remunerados por tarifa podem ser interrompidos em razão de inadimplência, salvo se o débito tiver sido contraído por usuário antecedente, pois geram obrigações pessoais e não *propter rem*;

Gabarito: E

Ver decisão do STJ no AREsp 29.879-AgR, dentre outros. Serviços públicos remunerados por taxa não podem ser interrompidos. A modicidade está relacionada com a fixação do valor da tarifa, não aos gastos do Poder Público. Consórcios públicos não são firmados com o Terceiro Setor. A mutabilidade não alcança as cláusulas regulamentares.

QUESTÃO 11

Marque a alternativa **incorreta** sobre a disciplina jurídica das licitações e dos contratos.

- a) o Superior Tribunal de Justiça julgou legal a desconsideração da personalidade jurídica (art. 50 do Código Civil) na esfera administrativa para fins de estender a uma pessoa jurídica a sanção de inidoneidade para licitar (art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993) aplicada originariamente a outra pessoa jurídica.
- b) a necessidade de os contratos administrativos adotarem a forma escrita é uma característica que não admite exceções.
- c) o reajuste dos valores previstos em contrato administrativo decorre da necessidade de se preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não depende de previsão contratual expressa.
- d) dentre as finalidades do procedimento licitatório contidas na Lei n. 8.666/1993 está a de promover o desenvolvimento nacional sustentável, de inspiração ambiental.
- e) o vencedor do procedimento licitatório não tem direito adquirido à adjudicação, mas apenas expectativa de direito, a despeito do princípio da adjudicação compulsória.

Gabarito: B

Ver art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. Ver o RMS 15.166/STJ. Ver art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Reajuste diz respeito a mera correção monetária. O princípio da adjudicação compulsória gera ao vencedor da licitação o direito de exclusividade da contratação se esta vier a ser implementada pela Administração Pública, mas não direito à contratação, que poderá não ser feita pela Administração por motivos diversos, como a desnecessidade do serviço ou ausência de recursos públicos em decorrência de eventos imprevisíveis.

QUESTÃO 13

Considerando a disciplina de direito administrativo sobre consórcios públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) pode-se afirmar que consórcios públicos possuem natureza jurídica plurilateral de direito público com o conteúdo de cooperação mútua entre os pactuantes;
- b) pode-se afirmar que é plurilateral porque admite a presença de vários pactuantes na relação jurídica, sem o regime de contraposição existente nos contratos;
- c) pode-se afirmar que é de direito público, tendo em vista que as normas regentes se dirigem, especificamente, para os entes públicos que integram esse tipo de regime.
- d) pode-se afirmar que a participação de pessoa estatal do consórcio não pode ser decidida apenas pelo Poder Executivo, demandando a Lei a participação também do Poder Legislativo;
- e) pode-se afirmar que após não há necessidade de prévia subscrição do protocolo de intenções da formação do consórcio.

Gabarito: E

Ver art. 3º da Lei 11.107/2005.

QUESTÃO 14

Presente no rol de princípios do Direito Administrativo, a segurança jurídica exige maior estabilidade nas relações jurídico-administrativas como forma de atender ao interesse público. Sobre o princípio da segurança jurídica é **incorreto** afirmar que:

- a) é invocado pelo Supremo Tribunal Federal para adotar a chamada Teoria do Fato Consumado na sua jurisprudência, em situações nas quais o mero decurso do tempo serve de fundamento;
- b) o referido princípio, somado aos da boa-fé e da confiança legítima, autoriza a consolidação de atos ilegais que não possam ser convalidados, pois, por vezes, o

princípio da possibilidade ou necessidade de anulação é substituído pelo da impossibilidade, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal;

- c) não está expressamente previsto na Constituição da República;
- d) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem admitido a incidência da Teoria do Fato Consumado, como forma de realizar justiça no caso concreto, à luz do princípio da segurança jurídica;
- e) o referido princípio orientou o Supremo Tribunal Federal a adotar o entendimento de que, caso ultrapassados mais de 5 anos da concessão da aposentadoria pelo órgão de origem, o Tribunal de Contas da União, ao aferir a legalidade do referido ato de concessão, deve assegurar a ampla defesa e o contraditório ao interessado.

Gabarito: A

O STF não admite a aplicação da Teoria do Fato Consumado sob o mero fundamento de decurso do tempo (ver RE 609.748-AgR, dentre outros). O princípio da segurança jurídica não tem previsão expressa na Constituição da República, sendo extraído de forma implícita do seu art. 5º, inc. XXXVI. Ver ACO 79/STF. Ver MS 24.781/STF e MS 25.116/STF. Ver REsp 1.444.690/STJ, dentre outros.

PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVIL

QUESTÃO 15

A Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro tem a tríplice finalidade de regular: a forma de aplicação das leis em geral; o direito internacional privado brasileiro; e os atos civis praticados no estrangeiro pelas autoridades consulares brasileiras. Para a LINDB:

- a) a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente promulgada, salvo disposição em contrário.
- b) a republicação da lei, para fins de correção, antes do início de sua vigência, não interferirá no termo inicial da *vacatio legis*.
- c) a lei nova que disponha sobre normas gerais ou especiais ao lado das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) ab-rogação é a supressão parcial da norma anterior, enquanto a derrogação vem a ser a supressão total da norma anterior.
- e) os efeitos da lei revogada poderão ser restaurados se isso puder ser extraído tacitamente da lei revogadora.

Gabarito: C

Ver art. 2º, § 2º, da LINDB. O prazo de 45 dias é contado a partir da publicação, não da promulgação (art. 1º, *caput*, da LINDB). A *vacatio legis* é afetada pela republicação da lei (art. 1º, § 3º, da LINDB). Ab-rogação é a revogação total da lei. Não se presume a repristinação, ou seja, não pode ocorrer de forma tácita (art. 2º, § 3º, da LINDB).

QUESTÃO 16

Sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise os itens a seguir.

- a) O art. 50 do CC prevê a chamada teoria menor da *disregard doctrine*, que exige a mera demonstração da insolvência da pessoa jurídica.
- b) Desconsiderar a pessoa jurídica significa que o magistrado desconstituirá a pessoa jurídica, temporariamente, até que a obrigação questionada em juízo seja adimplida pelo patrimônio pessoal dos seus sócios.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada às sociedades em comum.

- d) Se o sócio oculta seus bens pessoais no patrimônio da sociedade, será necessário efetivar a chamada “desconsideração inversa” para fazer com que as obrigações pessoais do sócio alcancem o patrimônio da pessoa jurídica.
- e) O advento do art. 50 do CC revogou, implicitamente, os parâmetros existentes na legislação especial.

Gabarito: D

Ver REsp 948.117/STJ. Segundo a doutrina, o art. 55 do CC prevê a teoria maior da *disregard doctrine*, pois exige mais requisitos. Na desconsideração o magistrado desconstituirá apenas os efeitos de determinados atos da pessoa jurídica, mas não a própria pessoa jurídica. Sociedades em comum não são pessoas jurídicas, razão pela qual não há se falar em desconsideração da personalidade. O art. 50 do CC convive com dispositivos de outras legislações que também preveem a desconsideração da personalidade jurídica, como o CDC.

QUESTÃO 17

No que diz respeito ao inadimplemento das obrigações, marque a alternativa correta:

- a) A remissão de dívida não depende de aceitação do devedor e é uma forma extintiva da obrigação.
- b) A mora *ex re* é mora do devedor, decorrente de lei, resultado do próprio fato do descumprimento da obrigação, independentemente, portanto, de provocação do credor.
- c) A cláusula penal é aplicável apenas na ocorrência de inadimplemento doloso.
- d) O valor da cláusula penal compensatória pode exceder o da obrigação principal.
- e) Purgação da mora tem o mesmo significado de cessação da mora.

Gabarito: B

Ver o art. 385, 397, 401, 408 e 412 do CC.

QUESTÃO 18

Análise os itens a seguir levando em consideração o conceito, os pressupostos, a formação e os princípios dos contratos:

- a) o Código Civil de 2002 atribuiu de maneira imperativa um viés coletivo e social às relações jurídicas, afastando integralmente o princípio da liberdade contratual.
- b) a função social do contrato impõe que a liberdade contratual deverá estar voltada à solidariedade, à justiça social, à livre iniciativa, ao progresso social, à livre circulação de bens e serviços, à produção de riquezas, aos valores sociais, econômicos e morais.
- c) a partir do princípio da função social do contrato, tem-se estudado aquilo que se convencionou chamar de efeitos internos do contrato, que constituem uma releitura da relatividade dos efeitos dos contratos.
- d) segundo a doutrina, a expressão *turpitudinem suam allegans non auditor* não se confunde com a vedação do *venire contra factum proprium*; enquanto o primeiro objetiva tutelar a confiança e as expectativas de quem confiou na estabilidade e na coerência alheias, o segundo busca reprimir a malícia e a má-fé.
- e) o princípio da boa-fé objetiva deve ser observado pelas partes em todas as fases do contrato, o que exclui a fase pré-contratual, quando as partes ainda não firmaram compromisso algum.

Gabarito: B

A alternativa correta expressa os valores que a doutrina geralmente invoca para representar a função social do contrato. A liberdade contratual não foi afastada no Código Civil de 2002, mas apenas foram estabelecidos limites na função social do contrato. O que passou a ser estudado com maior ênfase

foram os efeitos externos do contrato, não os seus efeitos internos. A alínea “d” inverteu o sentido dos institutos nela mencionados. A boa-fé também alcança a fase pré-contratual (ver REsp 1.344.967/STJ).

QUESTÃO 20

No que diz respeito à execução, assinale a alternativa correta:

- a) a multa diária não pode ser utilizada para compelir a Fazenda Pública ao cumprimento de obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa.
- b) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em cinco dias.
- c) a sentença arbitral é título executivo extrajudicial.
- d) considera-se inexigível o título executivo judicial fundado em aplicação ou interpretação de lei tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.
- e) as chamadas *astreintes* são determinadas pelo juiz sempre em caráter liminar, como decisão interlocutória.

Gabarito: D

Ver arts. 475-L, § 1º, e 741, parágrafo único, do CPC. A multa diária, ou *astreintes*, pode ser fixada contra a Fazenda Pública (ver AREsp 335.808-AgR/STF). O prazo é de 30 dias (art. 1º-B da Lei 9.494/1997). Sentença arbitral é título executivo judicial (art. 475-N, inc. IV, do CPC). As *astreintes* não são fixadas apenas em caráter liminar (ver art. 461 do CPC).

QUESTÃO 21

Sobre o reexame necessário e os recursos no processo civil, analise os itens a seguir.

- a) o art. 557 do CPC, que autoriza o relator a negar seguimento ao recurso, não se aplica à remessa necessária.
- b) não se aplicam as exceções ao reexame necessário (parágrafos do art. 475 do CPC) no mandado de segurança, pois as sentenças concessivas de segurança estão obrigatoriamente sujeitas ao duplo grau de jurisdição.
- c) a sentença proferida contra autarquias e fundações de direito público não está sujeita à remessa necessária.
- d) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- e) o recorrente não pode, a qualquer tempo, sem a anuência dos litisconsortes ou do recorrido, desistir do recurso.

Gabarito: B

Ver art. 14, § 1º, da Lei 12.016/2009. Súmula 253 do STJ. Arts. 475, inc. I, 501 e 502 do CPC.

QUESTÃO 22

No que diz respeito ao procedimento sumário, previsto no CPC, pode-se afirmar que

- a) a petição inicial deverá estar acompanhada dos quesitos e da indicação de assistente para a produção de provas, embora dispensada a indicação imediata do rol de testemunhas.
- b) as partes comparecerão pessoalmente a audiência, não podendo fazer-se representar por preposto.
- c) se a Fazenda Pública for ré, deverá ser citada com antecedência mínima de 40 dias para a realização da audiência conciliatória.
- d) será observado nas causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento urbano e rural e de parceria agrícola e industrial.
- e) o réu deverá apresentar a contestação na audiência de conciliação, acompanhada, se for o caso, de pedido em seu favor.

Gabarito: E

Ver: arts. 275, inc. II, al. a; 276; 277, parte final do *caput* e § 3º; e 278, § 1º, do CPC.

QUESTÃO 23

Subsequentes reformas na legislação processual vêm autorizando os juízes a praticarem atos processuais que limitam a demanda ou a interposição de recursos que apenas postergam o termo final do processo. Constitui exemplo dessas reformas

a) a inserção do art. 285-A do CPC, que autoriza o magistrado a proferir sentença de improcedência sem a citação do réu quando a matéria controvertida for unicamente de direito, no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência e condicionada à dupla conformidade jurisprudencial.

b) o art. 296 do CPC, que permite o indeferimento da petição inicial sem a citação do réu e a possibilidade de retratação do magistrado no prazo de 5 dias da interposição de eventual apelação.

c) o § 3º do art. 475 do CPC, que afasta a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do STF e do STJ.

d) o § 1º do art. 518, que cria a chamada “súmula impeditiva de recurso”, tornando irrecuráveis as sentenças que estiverem em conformidade com súmula do STJ ou do STF.

e) a alteração legislativa do art. 522 do CPC, que instituiu o princípio da irrecurribilidade em separado das decisões interlocutórias, eliminando do sistema processual civil brasileiro a figura do agravo de instrumento.

Gabarito: A

Ver o *caput* do art. 285-A do CPC e o REsp 1.225.227/STJ. O prazo para retratação do art. 296 do CPC é de 48 horas. O art. 475, § 3º, do CPC fala apenas em jurisprudência do plenário do STF. O art. 518, § 1º, do CPC não criou hipótese de decisões irrecuráveis, mas apenas permitiu o não recebimento do recurso pelo juiz. O agravo de instrumento não foi eliminado do sistema processual civil brasileiro, conforme a segunda parte do *caput* do art. 522 do CPC.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 25

O Município de Vila Velha aprovou lei complementar de regime próprio de previdência de seus servidores públicos. Nessa lei, foram incluídos 5 pontos polêmicos, segundo os quais: i) permite o ingresso de servidores do Município de Vitória no plano de benefícios; ii) a condição de segurado obrigatório dos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos comissionados; iii) regras para a aposentadoria especial de servidores que trabalham em condições insalubres; iv) instituição de licença maternidade de 2 anos; v) fixação das alíquotas da contribuição ao regime próprio de 9% para os servidores e de 20% para o Município. Tendo em vista a situação hipotética acima, assinale a alternativa correta:

a) a permissão de ingresso de servidores públicos do Município de Vitória é permitida e visa atender à exigência do art. 1º, inc. IV, da Lei federal n. 9.717/1998, segundo o qual os regimes próprios devem observar a “cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a

totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais”.

b) não há inconstitucionalidade na imposição da condição de segurado obrigatório dos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos comissionados, desde que seja possível a aposentadoria nesses cargos e a contribuição incida sobre a totalidade da remuneração.

c) a despeito do parágrafo único do art. 5º da Lei federal n. 9.717/1998 (o qual veda a concessão de aposentadoria especial até que lei complementar federal discipline a matéria), serão legítimas as regras previstas na lei complementar municipal para a aposentadoria especial de servidores que trabalham em condições insalubres, se forem compatíveis com as normas correspondentes do regime geral de previdência social.

d) não há qualquer vedação, legal ou constitucional, para que o Município de Vila Velha institua licença maternidade de 2 anos.

e) é legítima a fixação da alíquota da contribuição em 9% para os servidores, pois a circunstância de estar abaixo da alíquota fixada em lei para os servidores públicos federais é compensada pela fixação da alíquota de 20% a cargo do Município.

Gabarito: C

Súmula Vinculante 33 do STF. Ver arts. 1º, inc. V, 3º e 5º, caput, da Lei 9.717/1998. Ver art. 40, § 13, da Constituição da República.

QUESTÃO 26

Considerando o conceito de tributo contido no art. 3º do CTN (*Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada*), pode-se afirmar que

a) embora o tributo tenha que ser uma prestação pecuniária, o seu pagamento pode ser feito por outros meios, como a dação em pagamento de bem móvel.

b) a multa tributária, por constituir crédito tributário, deve decorrer do descumprimento de obrigações acessórias ou principais previstas em lei.

c) a palavra “lei”, contida no conceito legal de tributo, compreende as leis e os tratados e as convenções internacionais incorporados no ordenamento jurídico brasileiro.

d) tributo não é sanção de ato ilícito, mas isso não impede que, de um ato ilícito, surja uma obrigação tributária.

e) o lançamento tributário e a “atividade administrativa plenamente vinculada” exigida no conceito legal de tributo não se confundem.

Gabarito: D

Princípio da interpretação objetiva do fato gerador (*non olet*), previsto no art. 118, inc. I, do CTN. Ver ADI 1.917. O descumprimento de obrigações acessórias, mesmo não previstas em lei, mas em decretos ou normas complementares, podem dar ensejo a multas tributárias (art. 113, § 2º, do CTN). Ver art. 96 e 142 do CTN.

QUESTÃO 27

Sobre os tributos de competência dos Municípios, analise os itens que seguem e assinale a alternativa **incorreta**.

a) o ISS cobrado por estimativa anual é classificado como tributo fixo e direto.

b) é inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

c) embora as autarquias sejam beneficiadas pela imunidade tributária, o promitente-comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do IPTU.

d) ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a partido político, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.

e) a cobrança do IPTU progressivo do art. 182, § 4º, da CF independe da existência de plano diretor.

Gabarito: E

Ver art. 182, § 4º, da Constituição da República (“área incluída no plano direto”).

QUESTÃO 28

Sobre a competência tributária, analise os seguintes itens e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a União pode instituir tributos idênticos aos de competência dos Municípios.
- b) o CTN, cuja natureza jurídica é de lei complementar, fixa as competências tributárias.
- c) a competência, privativa ou concorrente, para legislar sobre determinada matéria não implica automaticamente a competência para a instituição de tributos. Os entes federativos somente podem instituir os impostos e as contribuições que lhes foram expressamente outorgados pela Constituição.
- d) a transferência de percentual de arrecadação do IPI ao Fundo de Participação dos Municípios, nos termos da CF, não significa delegação parcial da competência tributária da União.
- e) a não incidência do ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica é uma forma especial de imunidade de aplicação exclusiva no âmbito municipal.

Gabarito: B

Somente a Constituição fixa as competências tributárias. Ver o art. 154, inc. II, da Constituição da República. Os arts. 21 a 24 da Constituição da República não conferem aos entes federativos competências para instituir tributos, mas apenas os artigos que expressamente o fazem. Repartição de receitas tributárias não significa delegação de competência. Todo benefício previsto na Constituição que retira do campo de incidência tributária fatos que pela hipótese de incidência seria tributado constitui uma espécie de imunidade.

QUESTÃO 29

Dispõe o artigo 156, I da Constituição Federal: Compete aos Municípios instituir imposto sobre: I – propriedade predial e territorial urbana. De acordo com o dispositivo legal acima transcrito, qual alternativa abaixo está **incorreta**:

- a) cabe ao enfiteuta o pagamento do IPTU;
- b) cabe ao usufrutuário o pagamento do IPTU;
- c) não cabe ao superficiário o pagamento do IPTU;
- d) a pessoa que firma um compromisso irretratável de compra e venda com um ente imune não tem a propriedade do bem, o que alcançará com o término do contrato. Todavia, possui sobre o bem, desde então, o direito real de aquisição de coisa alheia que já é o bastante para impor-lhe o dever de recolher o IPTU;
- e) o possuidor, na qualidade de promitente – comprador, pode ser considerado contribuinte do IPTU, conjuntamente com o proprietário do imóvel, responsável pelo pagamento do IPTU.

Gabarito: C

O direito de superfície é uma das manifestações da propriedade (art. 1.225, inc. II, do CC), constituindo, portanto, fato gerado do IPTU (art. 1371 do CC).

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 30

Analise os itens a seguir sobre o direito empresarial e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) as cooperativas, embora registradas em Junta Comercial, são entidades civis e não empresariais.
- b) a empresa individual de responsabilidade limitada poderá ser resultado da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio.
- c) aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades simples.
- d) as sociedades simples podem conter em seu quadro social a figura do sócio de serviço, que não participa da formação do capital social, mas contribui para a sociedade com a prestação de serviços, nos moldes similares ao que ocorria na antiga sociedade de capital e indústria.
- e) a sociedade de advogados é uma sociedade simples e sua constituição se dá com a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Gabarito: C

Essa questão deverá ser anulada. Apesar de a alternativa C realmente estar incorreta (art. 980-A, § 6º, do CC), a alternativa E também está incorreta, nos termos do art. 997 do CC, segundo o qual “a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público”, ou seja, é incorreto afirmar que a constituição da sociedade de advogados se dá com a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Desse modo, a questão contém duas alternativas incorretas, devendo ser anulada.

QUESTÃO 31

Analise os itens a seguir sobre conceitos em direito empresarial e falência e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a Fazenda Pública não tem legitimidade para requerer falência de empresário com débito inscrito em dívida ativa.
- b) a Fazenda Pública pode optar entre a habilitação do crédito em juízo falimentar ou promover a execução fiscal.
- c) estabelecimento é sinônimo de ponto comercial, ou seja, a capacidade do imóvel para atrair clientes.
- d) a execução fiscal não se suspende com a decretação da falência.
- e) empresa é a atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços e exercida com habitualidade.

Gabarito: C

Estabelecimento é o antigo “*fundo de comércio*”. Segundo Oscar Barreto Filho: “é o complexo de bens, materiais e imateriais, que constituem o instrumento utilizado pelo empresário para a exploração de determinada empresa” (apud André Luiz Santa Cruz Ramos, *Direito Empresarial Esquematizado*, 3ª ed., 2009, p. 104, com adaptações). Portanto, estabelecimento não se confunde com ponto de comércio. A Fazenda Pública não tem legitimidade para requerer falência (REsp 363.206/STJ). A Fazenda Pública pode optar entre a habilitação do crédito ou o ajuizamento da

execução fiscal (ver REsp 1.103.405, dentre outros). A decretação da falência não suspende a execução fiscal (REsp 1.263.552/STJ). A alternativa E reflete o conceito de empresa.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

QUESTÃO 32

Com relação à competência licenciatória municipal e estadual, qual alternativa abaixo está **incorreta**:

- a) será atribuição do órgão ambiental municipal licenciar as atividades localizadas em unidades de conservação instituídas pelo município, inclusive, em áreas de proteção ambiental;
- b) a competência originária dos Municípios é licenciar as atividades com impacto ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio;
- c) a competência dos estados é o de promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma de causar degradação ambiental;
- d) mesmo diante da omissão do órgão estadual de fiscalização, mesmo que outorgante da licença ambiental, o IBAMA pode exercer seu poder de polícia administrativa, quanto mais se a atividade desenvolvida puder causar dano ambiental em bem da União;
- e) O licenciamento ambiental dá-se em razão da abrangência do impacto ao meio ambiente e não em virtude da titularidade do bem atingido.

Gabarito: A

Ver arts. 5º, 8º, inc. XIV, 9º, inc. XIV, alínea a e b, 14, § 3º, da Lei Complementar 140/2011.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correta sobre Direito Ambiental Constitucional:

- a) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado, a Caatinga e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- b) um dos requisitos para o cumprimento da função social da propriedade rural é a preservação do meio ambiente.
- c) cabe à União definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- d) o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da CF) é um direito de natureza difusa, sendo compreendido como transindividual, de natureza indivisível, d que sejam titulares pessoas indeterminadas ligadas entre si por uma relação jurídica de base.
- e) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei complementar municipal, sem o que não poderão ser instaladas.

Gabarito: B

Art. 186, inc. II, da Constituição da República. Cerrado e Caatinga não constam do rol do art. 225, § 4º, da Constituição da República. Art. 225, § 1º, inc. III, da

Constituição da República. O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, cujo conceito não é o que consta da alternativa d (art. 81, inc. I, do CDC). Art. 225, § 6º, da Constituição da República.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta sobre o Estatuto da Cidade:

- a) a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, sendo um dos papéis do Município instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- b) a desapropriação urbanística sancionatória deverá ser paga mediante precatório.
- c) o proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.
- d) embora o direito de preempção possa ser exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para proceder a regularização fundiária, deve-se atentar para que este fim público não se converta em mera constituição de reserva fundiária.
- e) considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelos Poderes Públicos estaduais e municipais, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Gabarito: C

Art. 21, caput, da Lei 10.257/2001. Art. 3º, inc. IV, da Lei 10.257/2001. Art. 8º, caput, da Lei 10.257/2001. Art. 26, inc. III, da Lei 10.257/2001. Art. 32, § 1º, da Lei 10.257/2001.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

QUESTÃO 35

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 36

A Constituição da República, em seu art. 25, § 3º, estimula instituições de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, tal como a Região Metropolitana da Grande Vitória, criada por lei complementar estadual, em 1995, e à qual está integrado o Município de Vila Velha. Tendo em vista essa forma especial de integração institucional, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **incorreta**.

- a) segundo a doutrina, microrregiões formam-se de grupos de Municípios limítrofes com certa homogeneidade e problemas administrativos comuns, cujas sedes não sejam unidas por continuidade urbana.
- b) segundo a doutrina, região metropolitana constitui-se de um conjunto de Municípios cujas sedes se unem com certa continuidade urbana em torno de um Município-polo.
- c) segundo a doutrina, aglomerados urbanos carecem de conceituação, mas de logo se percebe que se trata de áreas urbanas sem um polo de atração urbana, quer tais áreas sejam das cidades-sedes dos Municípios ou não.

d) A função pública do saneamento básico frequentemente extrapola o interesse local e passa a ter natureza de interesse comum, sendo, portanto, constitucional a transferência ao Estado-membro da competência para conceder a prestação do serviço de saneamento básico no âmbito dos municípios que integram a região metropolitana.

e) a despeito da autonomia conferida aos municípios pela Constituição de 1988, o Município de Vila Velha não poderia se opor à sua integração na Região Metropolitana da Grande Vitória, pois o interesse comum não é comum apenas aos municípios envolvidos, mas ao Estado e aos municípios do agrupamento urbano. O caráter compulsório da participação deles em regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas já foi acolhido pelo Supremo Tribunal Federal.

Gabarito: D

Ver ADI 1.842. Os conceitos de regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões das alternativas a, b e c foram cunhados por José Afonso da Silva e aceita pela doutrina como a mais adequada. Como exemplo, citamos: José Afonso da Silva, *Comentário Contextual à Constituição*, 7ª ed., Malheiros: São Paulo, 2010, p. 294.

QUESTÃO 37

Nos termos da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Espírito Santo, compete ao Tribunal de Justiça:

a) processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato do Prefeito.

b) processar e julgar, originariamente, a ação de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral do Município contra lei ou atos normativos estaduais ou municipais que firam preceitos da Constituição Estadual.

c) os mandados de injunção impetrados contra a omissão na elaboração de norma regulamentadora a cargo da Assembleia Legislativa, mas não compete ao Tribunal de Justiça quando a norma regulamentadora inexistente estiver a cargo de Câmara de Vereadores.

d) os *habeas data* contra ato do Presidente da Câmara de Vereadores.

e) processar e julgar, originariamente, a ação penal contra o Governador do Espírito Santo.

Gabarito: C

As competências do Tribunal de Justiça estão previstas no art. 109 da Constituição do Estado do Espírito Santo.

QUESTÃO 38

A Constituição de determinado Estado da Federação tem previsão de competência do Governador para a edição de medidas provisórias. Esta competência foi inserida na Constituição Estadual em data anterior à publicação da Emenda 32/2001 à Constituição da República e estava de acordo com o texto constitucional então vigente, ou seja, previa a possibilidade de reedições e o prazo de 30 dias de vigência da medida provisória. Com a superveniência da Emenda Constitucional 32/2001:

a) foi extinta a competência do Governador para editar medidas provisórias, pois a disciplina prevista na Constituição Estadual é incompatível com o novo regime previsto na Constituição Federal.

b) as medidas provisórias estaduais editadas em data anterior à publicação desta Emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva da Assembleia Legislativa.

c) a competência do Governador permaneceu incólume, mas apenas para a reedição das medidas provisórias que estavam vigentes ao tempo da promulgação desta Emenda.

d) a competência do Governador permaneceu incólume, mas o procedimento, os limites e os princípios a serem observados deverão ser os da Constituição da República, independentemente de adequação legislativa no âmbito estadual.

e) a competência do Governador permaneceu incólume, pois a alteração feita na Constituição da República pelo Poder Constituinte Derivado não alcança a auto-organização atribuída pelo Poder Constituinte Originário aos Entes da Federação.

Gabarito: D

Ver ADI 2.391.

QUESTÃO 39

Os sentidos político, jurídico e sociológico da Constituição foram estabelecidos, respectivamente, por:

a) Konrad Hesse, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen

b) Ronald Dworkin, Robert Alexy e Jürgen Habermas

c) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle

d) Ferdinand Lassalle, Konrad Hesse e J. J. Gomes Canotilho

e) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Niklas Luhmann

Gabarito: C

Qualquer autor de Direito Constitucional elenca os sentidos político, jurídico e sociológico da Constituição e atribui seus conceitos a, respectivamente, Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.

QUESTÃO 40

O Procurador-Geral de Justiça do Estado ajuizou representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça contra lei municipal que previa a contratação temporária por processo seletivo simplificado de médicos, fiscais tributários, motoristas e outros. No decurso do controle de constitucionalidade no âmbito estadual:

a) se o Tribunal de Justiça deferir a medida cautelar, esta terá efeito *ex tunc*, salvo se for deliberado a atribuição de efeito *ex nunc*.

b) caberá ao Procurador-Geral do Estado defender a constitucionalidade da lei municipal.

c) se o Tribunal de Justiça considerar que a representação de inconstitucionalidade suscita ofensa a dispositivos da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da Constituição Federal, então deverá não conhecer da representação, sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

d) não será cabível recurso extraordinário contra o acórdão do Tribunal de Justiça que julgar a representação de inconstitucionalidade.

e) o Tribunal de Justiça terá seu julgamento vinculado aos fundamentos jurídicos indicados na petição inicial, em respeito ao princípio da adstrição.

Gabarito: B

O papel que a Constituição da República reserva ao Advogado-Geral da União no controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (art. 103, § 3º) é exercido pelo Procurador-Geral do Estado no âmbito do controle de constitucionalidade estadual. Medidas cautelares em controle abstrato têm efeitos *ex nunc*, salvo se o Tribunal atribuir, expressamente, efeitos *ex tunc*. O Tribunal de Justiça tem competência para apreciar representação de

inconstitucionalidade por ofensa a dispositivos da Constituição Estadual que repetem dispositivos da Constituição da República (Ver Rcl 383/STF). Cabe recurso extraordinário contra acórdão proferido em representação de inconstitucionalidade (art. 102, inc. III, da Constituição Federal). No controle abstrato de constitucionalidade existe o que a doutrina costuma chamar de “cláusula aberta”, ou seja, o Tribunal está apto a examinar a constitucionalidade da norma questionada sob todos os aspectos e não apenas em razão do que está posto na petição inicial.

QUESTÃO 41

A Emenda Constitucional n. 45/2004 instituiu a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, incluída a esfera municipal. Integra a referida súmula o entendimento de que:

- a) a incidência do ISS sobre operações de locações de bens móveis é constitucional.
- b) é constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- c) é inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional n. 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- d) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- e) o promitente-comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do IPTU.

Gabarito: B

Ver Súmula Vinculante 29.

QUESTÃO 42

Sobre o regime constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) a nomeação da esposa do Prefeito para o cargo de Secretária de Saúde do Município viola o princípio constitucional da moralidade.
- b) é permitida a acumulação de dois cargos públicos de professor, independentemente da compatibilidade de horários.
- c) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público ou processo seletivo.
- d) somente o servidor público especialmente avaliado por comissão instituída para essa finalidade é que poderá adquirir a estabilidade.
- e) é vedado ao servidor público associar-se a sindicatos.

Gabarito: D

Art. 41, § 4º, da Constituição da República. Ver Rcl 6.650-MC-AgR/STF. Art. 37, inc. XVI, alínea a, da Constituição da República. Somente os servidores aprovados em concurso público podem adquirir a estabilidade (art. 41, *caput*, da Constituição da República). Art. 37, inc. VI, da Constituição da República.

QUESTÃO 43

QUESTÃO 44

Em conformidade com a Lei Orgânica nº 01, de 25/10/1990, do Município de Vila Velha, podemos afirmar que:

- a) a iniciativa popular de projetos de lei será exercida mediante a subscrição de 01 (um) por cento do eleitorado do Município.
- b) os gestores dos distritos, subprefeituras e/ou regiões administrativas, serão indicados e votados pelos eleitores residentes na área de abrangência, em assembleia especialmente convocada para tal finalidade.
- c) a Câmara Municipal poderá remeter à Justiça Eleitoral, após sua aprovação, requerimento de plebiscito, desde que subscrito por 05 (cinco) por cento dos eleitores, nos termos da lei.
- d) é indispensável à participação popular mediante a audiência pública: na realização de obra que comprometa mais de 10 (dez) por cento do orçamento municipal.
- e) o Conselho Comunitário tem como prerrogativa fiscalizar eleições diretas para postos de saúde, escolas e outros.

Gabarito: E

Arts. 35, caput, 37, 63, § 2º, 67, inc. VIII, e 69, inc. III, da Lei Orgânica do Município de Vila Velha.

QUESTÃO 45

Após análise do Art. 12 da Lei Orgânica nº 01 de 25/10/1990 do Município Vila Velha, verificou-se que a Câmara Municipal é encarregada do controle externo da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e se empenhará para que o Tribunal de Contas do Estado, dentre suas competências, atue, prioritariamente, no que tange a:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta, indireta ou fundacional, e as que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, exceto as previstas no artigo 29, parágrafo 2º, da Constituição Estadual;
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal a qualquer título, na administração direta, indireta ou fundacional, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão, bem como as aposentadorias, pensões e demais melhorias posteriores que possam alterar o fundamento legal do ato concessório;
- c) realizar, por iniciativa própria, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exclusivamente nas unidades dos poderes Executivo e Legislativo.
- d) fixar no final de cada legislatura, até trinta dias antes do pleito, para a legislatura seguinte, os subsídios dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito;
- e) realizar, por iniciativa própria, de comissão técnica, ou de comissões de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades dos poderes Executivo e Legislativo e judiciário.

Gabarito: A

Ver art. 12, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Vila Velha.

DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO

QUESTÃO 46

Com relação à intervenção do Estado no domínio econômico, julgue os seguintes itens e assinale a alternativa **incorreta**.

- a) a política industrial baseada em instrumentos de fomento pode promover setores específicos da economia.
- b) a Constituição Federal prevê áreas específicas da economia em que a União detém monopólio.
- c) as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não estão obrigadas a realizar licitação para contratação de obras e serviços.
- d) certas atividades que constituem monopólio da União somente podem ser realizadas por empresas estatais, estando vedada a atuação de empresas privadas.
- e) a empresa pública que explora atividade econômica se sujeita, quanto aos direitos e obrigações civis, ao regime aplicável ao setor privado.

Gabarito: C

Ver art. 173, § 1º, inc. III, da Constituição da República.

QUESTÃO 47

Os Municípios influenciam na ordem econômica local, recebendo da Constituição, de forma explícita ou implícita, competências para tanto. Sobre o papel dos Municípios na economia, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **incorreta**.

- a) a Constituição Federal não inclui os Municípios dentre os entes detentores da competência concorrente para legislar sobre direito econômico.
- b) os Municípios extraem sua competência para legislar sobre direito econômico no art. 30, I e II, da Constituição Federal, o que os legitima para, por exemplo, impor horário de funcionamento para os estabelecimentos comerciais localizados em seus limites territoriais.
- c) pela regra da predominância de interesses, cabe aos Municípios impor distância mínima entre farmácias e drogarias, de modo a evitar que esta atividade econômica se concentre nos bairros com maior poder aquisitivo, em detrimento dos bairros mais carentes.
- d) o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- e) em razão da regra da predominância de interesses, os Municípios só poderiam explorar diretamente atividade econômica para atender a relevante interesse coletivo, mas nunca para atender a imperativos de segurança nacional.

Gabarito: C

Ver RE 193.749.

QUESTÃO 48

QUESTÃO 49

QUESTÃO 50

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

QUESTÃO 51

QUESTÃO 52

O Município, com frequência, contrata serviço de vigilância e de limpeza e conservação com empresa interposta. Um empregado dessa empresa terceirizada, caso seja demitido e decida ingressar em juízo

- a) poderá pleitear o reconhecimento de vínculo de emprego com a Administração Pública, principalmente se for comprovado que a terceirização fora ilícita.
- b) não terá reconhecido o direito ao salário equitativo, mesmo que se reconheça a ilicitude da terceirização.
- c) poderá propor execução de sentença contra o Tomador do Serviço, ainda que a reclamação trabalhista tenha sido proposta apenas contra a empresa intermediária.
- d) poderá requerer o reconhecimento de responsabilidade subsidiária, integral e subjetiva da Administração Pública Municipal.
- e) poderá requerer estabilidade no serviço público, embora permanecerá sem efetividade no cargo até que consiga aprovação em concurso público.

Gabarito: D

Súmula 331, inc. V, do TST. OJ 383 SDI1-TST. TST-E-RR-9100-62.2006.5.09.0011.

QUESTÃO 53

Sobre os direitos dos empregados decorrentes do contrato de trabalho, analise as seguintes assertivas.

- a) a alteração da estrutura da empresa de sociedade limitada para sociedade anônima afeta alguns direitos do trabalhador.
- b) é autorizado ao empregador fazer anotações desabonadoras ao empregado em sua carteira de trabalho.
- c) a alteridade pode ser entendida como a assunção exclusiva pelo empregador dos riscos econômicos do negócio, sendo considerado, por alguns doutrinadores, um dos elementos que caracterizam a relação de emprego.
- d) o contrato de trabalho por prazo determinado não pode ser estipulado por mais de 90 dias, admitida uma prorrogação. Ultrapassado esse prazo passará a vigorar por prazo indeterminado.
- e) as empresas integrantes de um mesmo grupo econômico são, entre si, subsidiariamente responsáveis.

Gabarito: C

Parte da doutrina considera a alteridade (somente o empregador assume os riscos econômicos do negócio) um dos elementos da relação de emprego.

QUESTÃO 54

Embora o Tribunal Superior do Trabalho represente a cúpula da Justiça Trabalhista Brasileira, o Supremo Tribunal Federal, em diversas oportunidades, fixou parâmetros constitucionais relativos às relações de emprego. Constitui, por exemplo, jurisprudência atual do STF em matéria trabalhista-constitucional

- a) a obrigatoriedade de motivação nos atos de dispensa de empregados de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, entendimento este que, inclusive, já está sumulado.
- b) o direito à estabilidade como garantia estendida aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

- c) a contratação irregular do trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional que se hajam beneficiado dos respectivos serviços.
- d) o entendimento de que a aposentadoria espontânea do trabalhador não tem o condão de extinguir automaticamente o contrato de trabalho.
- e) a exigibilidade da contribuição confederativa prevista no art. 8º, inc. IV, da Constituição de 1988 dos empregados filiados ou não ao respectivo sindicato.

Gabarito: D

Ver ADI 1.721 e ADI 1.770, dentre diversas outras decisões do STF. O entendimento exposto na alternativa a, embora atual, ainda não está sumulado. Ver RE 589.998. Súmula 666 do STF.

QUESTÃO 55

Joaquim é empregado de empresa cujo proprietário está praticando *lockout*. Juliana está participando de movimento grevista. Francisco está no terceiro mês de auxílio-doença. Eduardo tomou posse como diretor da empresa em que trabalha, cargo desprovido de subordinação jurídica. Os contratos de trabalho de Joaquim, Juliana, Francisco e Eduardo estão sofrendo, respectivamente,

- a) interrupção - interrupção - suspensão - interrupção;
- b) suspensão - suspensão - interrupção - suspensão;
- c) suspensão - interrupção - suspensão - suspensão;
- d) interrupção - suspensão - interrupção - suspensão;
- e) interrupção - suspensão - suspensão - suspensão.

Gabarito: E

A prática de *lockout* pelo empregador interrompe o contrato de trabalho, pois o empregado tem direito ao salário. Todas as demais situações constituem hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

QUESTÃO 56

Após quase 25 anos de omissão legislativa e algumas provocações do STF via mandado de injunção, o Congresso Nacional regulamentou o aviso prévio. Essa recente alteração trouxe nova disciplina ao instituto do aviso prévio, sendo possível afirmar que:

- a) com as alterações recentes, o aviso prévio se tornou um direito exclusivo do empregado, ou seja, este poderá não observar o prazo mínimo legal se a despedida tiver sido sua iniciativa.
- b) os novos prazos variam de 10 a 90 dias e o empregado é obrigado a observar apenas o prazo mínimo se a extinção do contrato decorrer de sua iniciativa.
- c) a prescrição começa a fluir da data em que o aviso prévio foi concedido.
- d) o aviso prévio é um direito recíproco, tanto dos empregados quanto dos empregadores, e seu período se projeta no tempo do contrato de trabalho para todos os efeitos legais.
- e) o aviso prévio concedido pelo empregador não extingue o contrato de trabalho, mas designa um termo para a extinção contratual, que não pode ser revertido por se tratar de instituto que não comporta reconsideração, pois admiti-la significaria afrontar o princípio protetor, tendo em vista que estaria frustrada a expectativa do empregado em receber todas as verbas rescisórias e o saldo do FGTS.

Gabarito: D

Tanto o empregado quanto o empregador podem exigir o cumprimento do aviso prévio. O não cumprimento resolve-se de forma financeira. O período do

aviso prévio é contato no tempo do contrato de trabalho para todos os efeitos legais (OJ 83 SDI1-TST).

QUESTÃO 57

Sobre as peculiaridades envolvendo a atuação da Fazenda Pública Municipal na Justiça do Trabalho, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o Município, assim como suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo trabalhista, ativa e passivamente, por seus procuradores, está dispensado da juntada de mandato e de comprovação do ato de nomeação, desde que o signatário ao menos declare-se no exercício do cargo de procurador.
- b) ante o princípio da simetria, se a União pode recorrer em nome de suas autarquias no juízo trabalhista, então a mesma legitimidade deve ser conferida ao Município para recorrer em nome de suas autarquias no mesmo juízo.
- c) os Municípios não pagam custas processuais.
- d) não se inserem na competência da Justiça do Trabalho os litígios envolvendo servidores estatutários e temporários.
- e) a Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997.

Gabarito: B

Ver OJ 318 SDI1 do TST. Súmula 436 do TST. Art. 790-A da CLT. ADI 3.395-MC/STF. OJ 382 SDI1 do TST.

QUESTÃO 58

QUESTÃO 59

QUESTÃO 60

Considerando a legislação processual e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho sobre recurso, analise as assertivas a seguir:

- a) é tempestivo o recurso de revista interposto antes de a decisão sobre embargos de declaração ser publicada.
- b) é cabível recurso de revista por contrariedade a orientação jurisprudencial do TST no procedimento sumaríssimo.
- c) é cabível recurso de revista contra sentença normativa proferida em dissídio coletivo.
- d) inviável recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.
- e) compete ao Tribunal Superior do Trabalho julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Regionais do Trabalho, se denegatória a decisão. Em caso de decisão concessiva da ordem, o recurso cabível será o recurso de revista.

Gabarito: D

OJ 334 da SDI1 do TST. Súmula 434 do TST. Súmula 442 do TST. OJ 152 SDI2 do TST.